

Estados têm que "rolar" US\$ 1 bilhão

JOSE BERNARDES
Da Editoria de Economia

Em 86, os 26 Estados, os 4.106 Municípios, os territórios e o Distrito Federal terão que rolar uma dívida externa de 1 bilhão de dólares, revelou ontem o secretário de Articulação com os Estados e Municípios, Antônio Augusto Reis Velloso. Os encargos financeiros (juros etc), dessa dívida terão que ser pagos pelos tesouros estaduais e municipais. A Seplan está disposta, em contrapartida, e caso não haja alterações no cenário das contas externas, a autorizar os governadores e prefeitos a rolar 100 por cento do principal dos empréstimos externos tomados, regra que foi seguida neste ano.

As transferências institucionais aos Estados e Municípios estão previstas, num primeiro momento, em Cr\$ 41,6 trilhões, explicou o chefe da Sarem, observando que o Governo partirá de "uma estimativa bem conservadora". Mas lembrou que, já ao final do primeiro semestre do próximo ano, haverá uma primeira reestimativa, e que mais duas poderão ser feitas ao longo do ano. Quando fala em transferências institucionais, Antônio Augusto Reis Velloso observa que está se referindo aos fundos de participação dos Estados (FPE), dos Municípios (FPM) e ao Fundo Especial (FE). Portanto, não estão incluídos nos seus cálculos os repasses do Finsocial, do FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social) e do PIN-Proterra.

A previsão inicial de transferência da União para os Estados e Municípios, de Cr\$ 41,6 trilhões, inclui a receita produzida pela recente reforma tributária de emergência. Pelas contas da Seplan, os Municípios, por conta do FPM, já podem trabalhar pensando num repasse de Cr\$ 21,5 trilhões; os Estados, por conta do FPE e do FE, receberão inicialmente Cr\$ 20,1 trilhões.

A Sarem já está fechando os números das transferências institucionais realizadas neste ano. Antônio Augusto Reis Velloso informou que o valor delas será de Cr\$ 20,6 trilhões. Os Estados, por conta do FPE, chegam ao final do ano recebendo Cr\$ 10 trilhões; os municípios receberão Cr\$ 10,1 trilhões e o Governo distribuirá Cr\$ 500 bilhões do Fundo Especial.

O Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é que alimentam os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e o Fundo Especial, formados por 33 por cento do total da arrecadação de cada um dos dois impostos. Os fundos são os mecanismos pelos quais a União transfere diretamente aos Estados e Municípios, através do Banco do Brasil, parte do que recolhe com os impostos.

A Seplan não dispõe ainda de informações sobre o volume da dívida interna dos Estados e Municípios, constituída pelos débitos contraídos junto aos bancos e pelas dívidas mobiliárias.

Indicadores preliminares informam que ela é elevada também. A situação financeira dos governos subnacionais e, principalmente, dos Municípios é preocupante, alertam governadores, prefeitos e parlamentares. Nem mesmo a reforma tributária de emergência, recentemente aprovada pelo Congresso, vai resolver o problema: o volume adicional de dinheiro a ser transferido aos Estados, Municípios e Distrito Federal é de apenas Cr\$ 8,7 trilhões.

A questão é mais complicada para 90 por cento dos Municípios, aqueles cuja população é de até 50 mil habitantes. Os próprios técnicos do Governo não vêem melhoria para eles, a curto prazo. A receita própria dessas unidades da Federação se baseia apenas na arrecadação do IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis. Como o volume dessa arrecadação é muito pequeno, os Municípios desse porte dependem fundamentalmente de repasses do Estado e das transferências institucionais da União.

E essa ajuda financeira originária da União e dos tesouros estaduais é insuficiente para atender às necessidades municipais. A saída seria os governos locais aumentarem os valores do IPTU e do ITBI, e, ao mesmo tempo, atualizar e modernizar o cadastro dos contribuintes e dos bens imóveis, segundo admitem técnicos do Governo. A Sarem e o Serpro estão dispostos a incentivar tal ação, oferecendo recursos e assistência técnica adequados. Os técnicos governamentais reconhecem, entretanto, que os prefeitos enfrentam problemas de natureza política para adotar uma estratégia agressiva nessa área: as populações locais costumam reagir com muita força às intenções de elevação de impostos.

Há, na área econômica do Governo, quem ache que as finanças municipais só serão efetivamente fortalecidas com um aumento da carga dos impostos municipais ao lado de uma reforma tributária ampla que descentralize os recursos do bolo tributário paralelamente a uma descentralização dos encargos. Ou seja, a União liberaria mais recursos não só para os Municípios como também para os Estados, mas, ao mesmo tempo, transferiria atribuições a eles, como os serviços de atendimento de saúde, educação etc.

A situação das finanças estaduais e municipais, entretanto, foi bem pior há alguns anos. Até 1979, a União, por exemplo, só repassava 9 por cento da arrecadação do IR e do IPI. Além disso, os governantes estaduais tinham que apresentar planos prévios de aplicação da fatia de recursos que lhes cabia. Os recursos não eram livremente disponíveis. A partir desse ano, começou um movimento de descentralização. No ano passado, os Estados já conseguiram colocar a mão em 14 por cento da arrecadação do IR e do IPI, e os Municípios em 16 por cento.

CORREIO BRAZILIENSE